

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: Política Indig. Oficial

Data: 12 de Março de 1974

Pg.: 127

FUTURO PRESIDENTE DA FUNAI REUNE IRMAOS VILAS BOAS E PROMETE MANTER A POLITICA

Brasília (Sucursal) — Já escolhido para presidir a Funai no próximo Governo, o General Ismarth Araújo reuniu-se reservadamente com os irmãos Cláudio e Orlando Vilas Boas durante a última semana e anunciou ontem que haverá continuidade na política indigenista oficial, cuja tônica será a aplicação do Estatuto do Índio, que prevê a emancipação de silvícolas em estágios adiantados de aculturação.

O futuro presidente da Funai tranquilizou os indigenistas quanto à situação dos índios e assinou que o Ministro do Interior do novo Governo, Sr. Rangel Reis, foi mal interpretado em suas recentes declarações sobre o assunto, pois seu objetivo não é extinguir indiscriminadamente as reservas e sim tentar eliminar as fronteiras entre índios altamente aculturados e as comunidades envolventes.

DIALOGO RETOMADO

As portas da Funai nunca estiveram fechadas ao diálogo, menos ainda com os irmãos Vilas Boas — afirmou ontem o General Ismarth, considerado responsável pelos empreendimentos mais importantes da entidade nos últimos tempos, no cargo de diretor-administrativo.

Coube ao General conciliar grupos em conflito que tinham o mesmo objetivo: evitar a extinção das minorias raciais brasileiras e promover as culturas indígenas. Sertanistas *dissidentes* e missionários *rebeldes* começaram a participar dos trabalhos da Funai, buscando tornar mais construtivas as suas críticas.

NOVOS RECURSOS

Durante a reunião com os irmãos Vilas Boas, o novo presidente da Funai falou sobre a aposentadoria por eles reclamada e o futuro do Parque do Xingu. Assinalou que novos recursos serão empregados no Parque, prevendo-se ainda a execução de um programa educacional que incluirá alfabetização bilingue das comunidades xinguanas mais preparadas.

"O que é importante notar — disse ontem o General Ismarth — é que não se pode fazer um programa generalizado para todos os índios do Brasil. Há que se considerar os estágios em que se encontram as comunidades tribais. Por isso, até

mesmo no Parque do Xingu, onde convivem 12 tribos diferentes, devem ser elaborados programas setoriais de assistência em função do grau de aculturação ou anseio indígena de integração."

O maior trabalho agora, conforme assinalou, refere-se à aplicação do Estatuto do Índio: "para cada artigo, terão de ser estabelecidas normas de execução."

EMANCIPAÇÃO.

O Estatuto do Índio prevê a possibilidade de o índio emancipar-se da tutela do Estado mediante requerimento ao juízo competente, ao completar 21 anos. Tal emancipação pode ser feita em casos individuais ou coletivos, a requerimento da maioria da tribo.

— "Talvez decorra daí a surpresa dos profissionais indigenistas em relação às declarações do futuro Ministro do Interior quanto à extinção de reservas — diz o General Ismarth — O que se pretende é aplicar os documentos legais sobre as minorias indígenas e atender às recomendações que o Brasil firmou no Congresso Interamericano de Indigenismo realizado em Brasília.

Segundo o futuro presidente da Funai, o Sr. Rangel Reis falou também em "preservar as terras dos índios." O próprio Congresso declarou que "são inalienáveis as terras habitadas pelos grupos indígenas."